

André Madruga Coelho

PODER E ESTATUTO EM PORTUGAL  
NO FINAL DA IDADE MÉDIA

Os Lobo entre a cavalaria e a baronia



Edições Colibri

## PREFÁCIO

O estudo das elites urbanas no Portugal medieval tem sido objecto de uma particular atenção por parte de muitos historiadores, em especial ao longo das últimas duas décadas. Na esteira de uma senda aberta pela recuperação da História Social entendida como meio privilegiado de conhecer e compreender os protagonistas das sociedades políticas, ou prosseguindo tão só uma linha de análise de estudos sobre municípios, de resultados reconhecidos, vários têm sido, com efeito, os estudos que, deixando de lado, as abordagens exclusivamente centradas na reconstituição dos espaços urbanos ou dos organigramas administrativos, se têm aventurado no campo da identificação dos grupos que controlavam o exercício do poder político ao nível concelhio.

Vários destes autores são indicados nesta obra e correctamente mencionados enquanto responsáveis pelo aprofundar do conhecimento no estudo da composição e funcionamento das elites regionais. Maria Helena Coelho, Armando Carvalho Homem, Luís Miguel Duarte, Amélia Andrade, Adelaide Costa, a autora deste prefácio e mais recentemente Mário Farelo e Joaquim Serra, são alguns desses nomes, que levaram a efeito reconstituições prosopográficas de grupos ou reflexões em torno dos seus mecanismos de reprodução e consolidação, nomeadamente para os séculos posteriores à centúria de 200.

Grupos que, agindo preferencialmente no palco regional, estendiam, muitas vezes, a sua influência ao nível central, tentando, através do serviço régio ou da participação em redes de parentesco e de clientelismo, que estruturavam o exercício do poder na sociedade da Baixa Idade Média, influenciar decisões ou obter benesses. Desta forma, falar de elites regionais é, sem sombra de dúvida, redutor das ligações que muitas dessas famílias desenhavam, ao longo de gerações sucessivas, e que lhes permitiram, em alguns casos, desenhar percursos ascensionais ou consolidar patrimónios, fossem eles físicos ou simbólicos.

Então, tal como hoje, a sociedade política conhecia vários níveis e desenhava-se em torno de redes que conjugavam laços de família com

relações de dependência e lealdade. Na verdade, um indivíduo quase nunca ascendia sozinho. As trajectórias de ascensão que laboriosamente os historiadores da Idade Média têm vindo a reestruturar, demonstram de forma clara, como os laços familiares e as relações de lealdade para com familiares ou protectores eram importantes. De forma um pouco cómoda, mas também simplista, tendemos a identificar estes laços e, sobretudo, a sua importância como expressão clara de nepotismo, retrovertendo para sociedades passadas as apreciações negativas do presente.

Na verdade, o exercício do poder não era um acto isolado. Tal como hoje, governar implicava negociar, sopesar, equilibrar, os interesses, as pressões, a influência dos grupos. E esse jogo era uma realidade a todos os níveis. Fosse no governo da cidade. Fosse no governo do reino.

De tudo isto nos dá conta o estudo de André Madruga Coelho.

Partindo de um estudo de caso, acompanhamos a evolução de uma família. De uma família alargada, com múltiplos ramos, de sucesso diverso. Uma família que soube aproveitar conjunturas políticas particulares para fundamentar a sua influência junto ao rei. Rei aqui identificado com o fundador de uma nova dinastia, a de Avis, que, a partir da crise de 1383-85 e pela mão de D. João, Mestre de Avis, se impõe no reino. À sua sombra novas e antigas famílias irão encontrar as bases para o aumento da sua influência e a consolidação do seu património, conjugando aquilo que, alguns séculos mais tarde, Tomasi de Lampedusa consagraria numa frase do seu romance clássico “Algo deve mudar para que tudo fique na mesma”.

Contemporâneo de uma Europa dos reinos que se debatia com uma crise de crescimento económico, mas também político, da qual a chamada Guerra dos Cem Anos é um reflexo central, mas não único, D. João protagonizará, de acordo com as palavras de Fernão Lopes a emergência de um “mundo novo” o qual, em meados do século XV, a pena do cronista registava e perpetuava através da escrita.

Os Lobo são um exemplo dessas famílias dos novos, mas também dos antigos tempos. Mergulhando as suas raízes em Évora e no palco do governo concelhio dos séculos XIII a XIV, a fortuna dos seus diferentes ramos foi diversa, como já referimos. Com efeito, a nobilitação nem a todos sorriu. Mas, de uma ou de outra forma, muitos dos seus membros viram a sua influência consolidar-se na segunda metade de Trezentos e ao longo da centúria de Quatrocentos.

A obtenção do senhorio de Alvito seguido, nas gerações depois, pelo título de barão, faria de Diogo Lopes Lobo (I) e da sua descendência o exemplo paradigmático de um percurso marcado pela recompensa em troca do serviço ao rei e da lealdade manifestadas, de forma precoce, à nova dinastia nos terrenos da batalha de Aljubarrota. É verdade que esta linhagem não terá conhecido a obra que Maquiavel, no início do século

XVI, dedicava a Lourenço de Almeida, a actualidade ainda hoje nos parece como o de outras famílias. Mas os seus pensamentos, pelo menos nos séculos: “deve um homem imitar os grandes homens e imitar a virtude se não chegar à sua virtude, como os arqueiros prudentes, quando desígnio golpear demasiado longe do seu arco, põem a mira mais baixa para alcançar com a sua ajuda de tão alta mira”.

Torna-se difícil saber se os séculos XIV e XV. É fácil dizermos que os alcançaram. Mas os trajectos, de reflectir sobre a origem e do seu património, são uma memória que lhes dá um carácter social.

André Madruga Coelho  
um percurso.

Privilegiado não pela ausência das dificuldades inerentes à Idade Média, são os acontecimentos, a laconismo das mesmas, a marca individual em família cujas fronteiras são iguais aos limites que se colocam para traçar percursos, recorrendo a estratégias familiares ou apelos teleológicos próprios.

E, no entanto, a leitura de um registo escrito que se encontra no palco da acção histórica oferece-nos uma análise que conjuga os poucos dados disponíveis, que lhe permitem dizer que estas são possíveis.

<sup>1</sup> Maquiavel, *O Príncipe*, 2008, p. 133.

XVI, dedicava a Lourenço de Medici, tratado de gestão política cuja actualidade ainda hoje nos espanta. Mas, de certa forma, este trajecto como o de outras famílias, suas contemporâneas, parece reflectir um dos seus pensamentos, pelo menos quando entrevisto à distância de vários séculos: “deve um homem prudente meter sempre por vias batidas por grandes homens e imitar aqueles que foram mais excelentes, a fim de que, se não chegar à sua virtude, dela exale ao menos algum odor; e fazer como os arqueiros prudentes, os quais, parecendo-lhes o local que têm por desígnio golpear demasiado longínquo e conhecendo a quanto vai a virtude do seu arco, põem a mira bastante mais alto que o local almejado, não para alcançar com a sua seta uma tão grande altura, mas para poder com a ajuda de tão alta mira atingir o seu desígnio”<sup>1</sup>.

Torna-se difícil saber quais seriam os desígnios destas famílias dos séculos XIV e XV. É fácil, contudo, imputar-lhes objectivos, quando sabemos que os alcançaram. Mas não podemos deixar de ler e analisar os seus trajectos, de reflectir sobre a sua preocupação com o futuro da sua linhagem e do seu património, de avaliar o interesse investido na construção de uma memória que lhes assegurasse a longevidade do reconhecimento social.

André Madruga Coelho desenha-nos assim um quadro privilegiado de um percurso.

Privilegiado não pelas fontes disponíveis. Neste, como noutros casos, as dificuldades inerentes a um estudo desta natureza, quando aplicado à Idade Média, são correctamente identificadas. A escassez de fontes ou o laconismo das mesmas, a homonímia e as suas armadilhas, a ausência da marca individual em favor da presença de um grupo ou de uma família, cujas fronteiras são igualmente difíceis de delinear, são apenas alguns dos limites que se colocam a quem, como é o caso do autor deste estudo, tenta traçar percursos, reconstituir relações, avaliar trajectos, compreender estratégias familiares ou individuais, ao mesmo tempo que tenta fugir dos apelos teleológicos próprios de quem conhece o fim de um devir passado.

E, no entanto, a leitura deste livro prende-nos desde o início. Partindo de um registo escrito que interpela directamente o leitor e o convoca para o palco da acção histórica que se procura relatar, André Madruga Coelho, oferece-nos uma análise fundamentada, crítica e madura. Uma análise que conjuga os poucos dados disponíveis à reflexão resultante de leituras várias, que lhe permitem enquadrar os problemas e propor leituras, quando estas são possíveis.

---

<sup>1</sup> Maquiavel, *O Príncipe*, tradução, introdução e notas de Diogo Pires Aurélio, Lisboa, 2008, p. 133.

Tendo tido na base uma dissertação de mestrado, que tive o prazer de orientar, o estudo que agora se publica corresponde a uma revisão do texto original, retomado e completado pelo amadurecimento que o acumular do conhecimento quase sempre implica.

Mas corresponde igualmente a um programa de trabalho. Antes de mais um programa de trabalho desenvolvido no âmbito do Mestrado em História do Mediterrâneo Islâmico e Medieval, formação assegurada pelas Universidades do Algarve, de Évora e de Lisboa e pelo Campo Arqueológico de Mértola, e que constitui um exemplo de sucesso de uma parceria inter-universitária. Esta obra liga-se, igualmente, a um percurso de investigação que, ao longo dos últimos anos, se tem vindo a desenvolver na Universidade de Évora, no âmbito do seu Departamento de História e do Centro de Investigação Interdisciplinar de História, Cultura e Sociedades. Percurso que tem tido o estudo do Sul de Portugal nos séculos centrais e finais da Idade Média como centro de reflexão. Também de uma parte deste percurso o autor nos dá nota, ao mencionar os projectos desenvolvidos e alguns dos resultados entretanto obtidos e que se espelham em publicações e na defesa de provas académicas.

O desenho deste programa e o seu desenvolvimento não tem subjacente uma opção regionalista, no que este termo comporta de escolha de estudo de uma região como exemplo isolado. Pelo contrário, o delinear de um programa de investigação com estas características pressupõe a construção de um quadro de questões atento à sociedade política do reino e às formas de exercício do poder político e social no contexto dos séculos finais da Idade Média. Desta forma, o Sul do território surge como um laboratório privilegiado de análise, um espaço de reflexão que permite criar e ensaiar leituras, cuja importância é aferida a partir do confronto com o quadro global de questões que estrutura a investigação.

Chegado a este ponto caberá terminar.

É verdade que a perseverança colocada na pesquisa e a obsessão necessária à finalização de uma análise e de uma reflexão que se pretendem científicas são elementos essenciais para o êxito de um trabalho. Êxito que se confunde aqui com a capacidade de terminar, de colocar um ponto final numa investigação e numa análise e não tanto com a amplitude dos circuitos de divulgação da obra ou com o reconhecimento social da importância da mesma.

Infelizmente falamos de uma obra de História e, em particular, de História Medieval, pelo que conhecemos bem os limites colocados ao reconhecimento social desta produção.

Apesar dos vários discursos e dos diagnósticos que assinalam, num misto de surpresa e de congratulação, a receptividade social dos livros ou dos programas de História, e nomeadamente de História Medieval, a

verdade é que a História  
avaliação que se cons  
transferência ou rentabil  
de historiadores, a neces  
razões que nos levam oc  
autor fá-lo numa parte  
num gesto que eu gost

Não podendo ser a  
espaço de produção de  
o seu estudo possibil  
sar o conjuntural e refle  
não seja já, como se p  
sa” para o progresso. E  
na criação do humano.

Hermínia Vasconcel

verdade é que a História é uma disciplina periférica no quadro de uma avaliação que se constrói em torno de conceitos como aplicabilidade, transferência ou rentabilidade. Talvez, por isso, tenhamos nós, aprendizes de historiadores, a necessidade recorrente de demonstrar e de reafirmar as razões que nos levam ou levaram a fazer a opção de estudar História. O autor fá-lo numa parte particularmente importante da sua Introdução, num gesto que eu gostaria de realçar. Mas igualmente de seguir.

Não podendo ser a História um ensaio de leitura do presente ou um espaço de produção de argumentos legitimadores da contemporaneidade, o seu estudo possibilita a “espessura” temporal que nos permite ultrapassar o conjuntural e reflectir sobre o devir humano. Mesmo se esse devir não seja já, como se pretendia há alguns séculos, uma caminhada “gloriosa” para o progresso. E ao permiti-lo a História é um elemento essencial na criação do humano.

Hermínia Vasconcelos Vilar